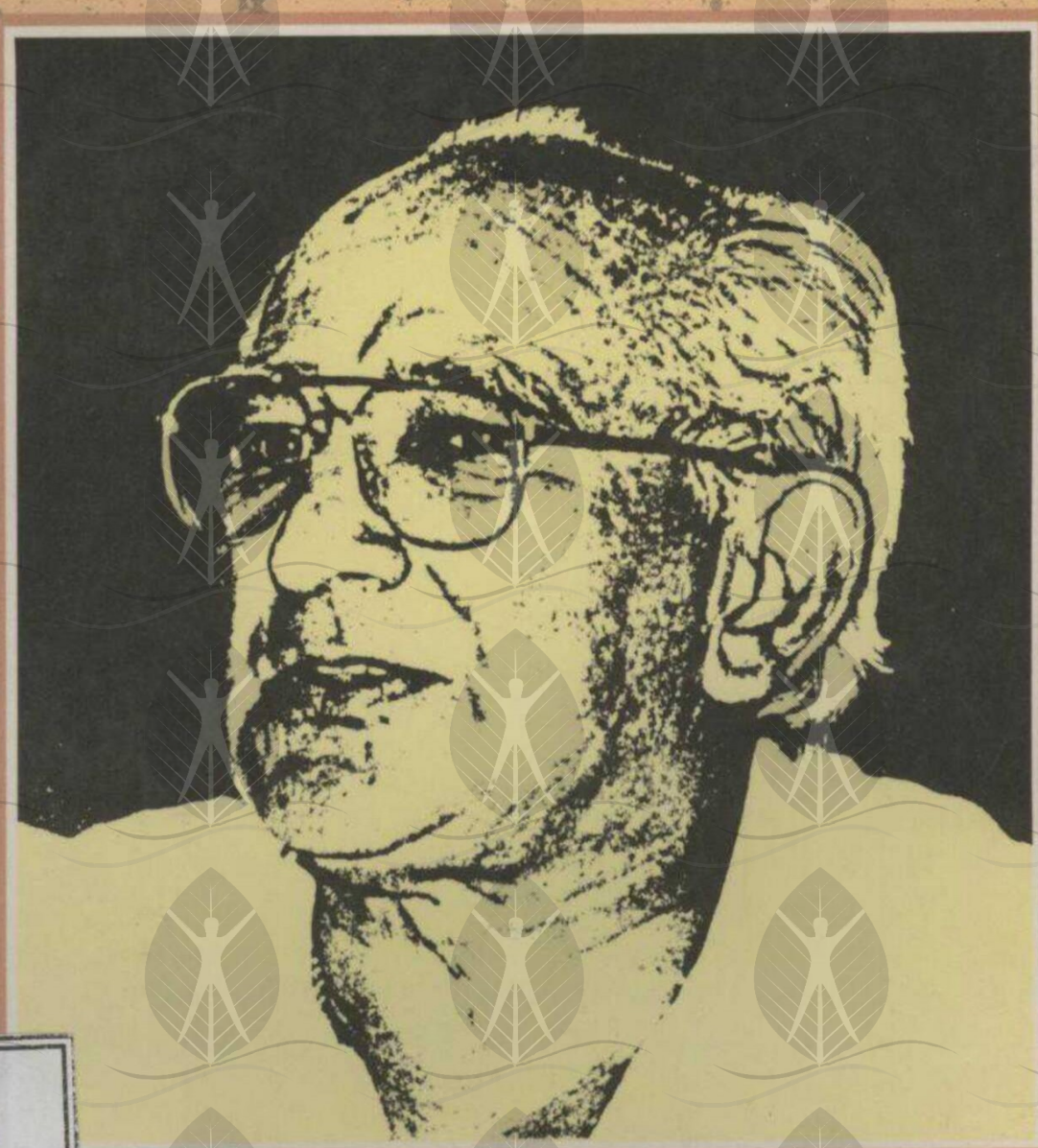


A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Testemunho da Experiência de um Educador



ORÍGENES MARTINS

EDITORA

NOVA
PROVA

2
6g

SUMÁRIO

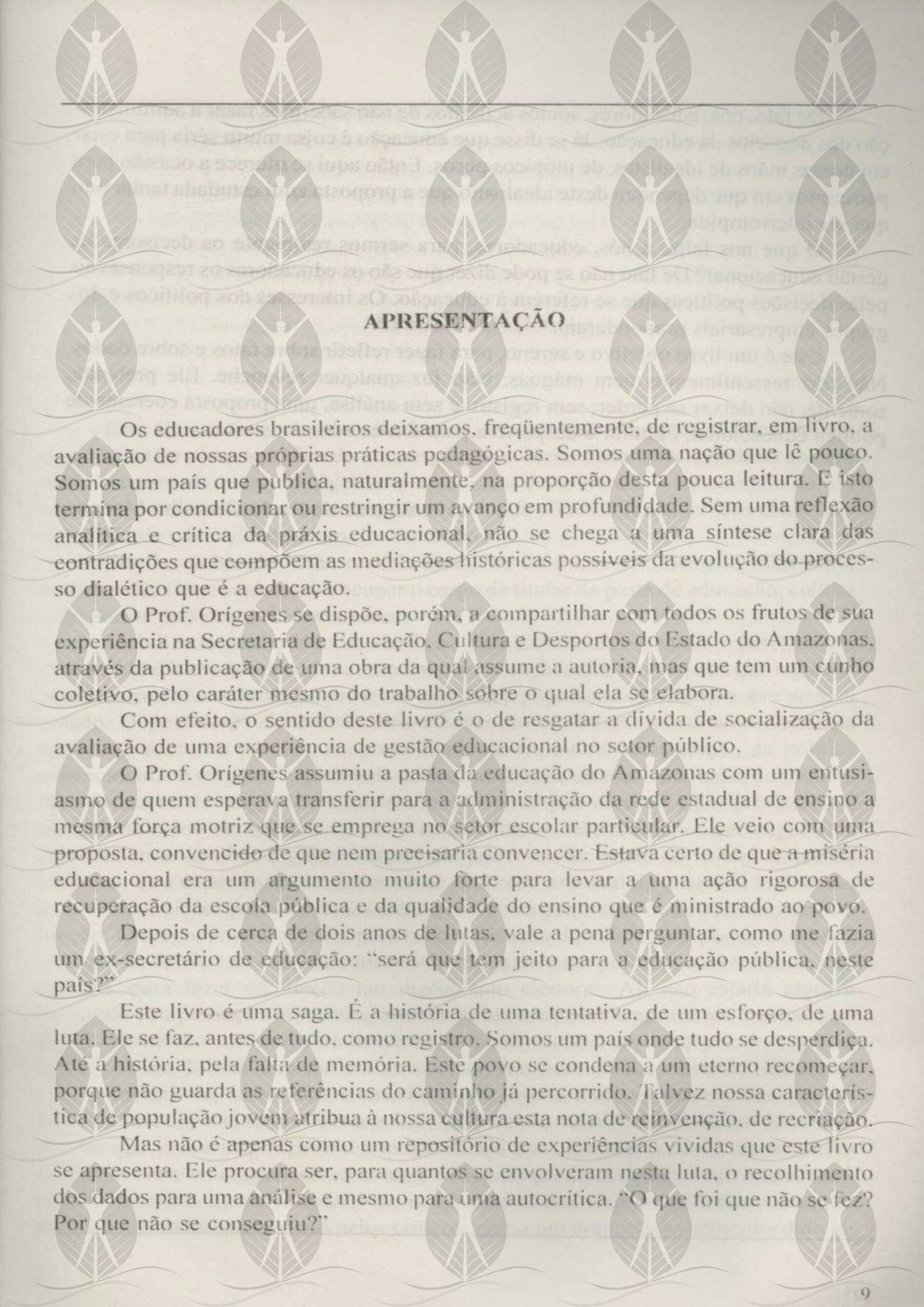
Curriculum Vitae	2
Apresentação - Prof. Dr. Vicente de Paulo Carvalho Madeira	9
Introdução	11
Capítulo I	
Um manifesto pela escola pública no Estado do Amazonas	21
Capítulo II	
A situação da educação pública, no Estado do Amazonas, quando assumimos o cargo de secretário de estado da educação, cultura e desportos	29
2.1. As condições educacionais do Estado do Amazonas	31
2.2. Gráficos e tabelas	37
Capítulo III	
Elaboração do planejamento setorial nas áreas de educação, cultura e desportos	59
3.1. Apresentação geral dos planos estaduais de Educação, Cultura e de Desportos	61
3.2. A concepção do Plano Estadual de Educação	62
3.3. A operacionalização do Plano Estadual de Educação	63
3.4. Uma visão geral do Plano Estadual de Educação	66
3.4.1. A definição de políticas para as demandas e necessidades da sociedade	66
3.4.1.1. O analfabetismo como persistente fenômeno estrutural	66
3.4.1.2. A exclusão das massas populares do acesso ao sistema e às oportunidades ou chances educacionais	66
3.4.1.3. A baixa qualidade do ensino, no processo pedagógico	67
3.4.1.4. A deficiência do ensino na profissionalização	67
3.4.1.5. A insuficiência do ensino supletivo	68
3.4.1.6. Urgente necessidade de integrar o UTAM no	

desenvolvimento industrial e tecnológico do Estado	68
3.4.1.7. A precária assistência ao educando	68
3.4.1.8. Necessidade de modernização e de racionalização administrativa e de um programa de valorização do pessoal docente, especialista, técnico, administrativo e auxiliar	69
3.5. Representação gráfica das etapas e fases do planejamento	70
3.6. O Plano Estadual de Cultura	73
3.6.1. Apresentação geral	73
3.6.2. Natureza e finalidade do PEC 1991/1994	74
3.6.3. Quadro geral dos objetivos dos programas	76
3.7. O Plano Estadual de Educação Física e Desportos	77
3.7.1. Apresentação Geral	77

Capítulo IV

Vinte meses de administração	81
Quanto se conseguiu fazer do planejado	83
4.1. Reforma administrativa da SEDUC	83
Anexos: repercussão político-administrativo	85
Documentos elaborados	87
Decreto para a utilização do Teatro Amazonas	90
4.2. Subsecretaria de cultura	105
4.3. Subsecretaria de desportos	110
4.4. Instituto de Educação Rural do Amazonas – IER-Am	111
4.5. Instituto de Tecnologia da Amazônia – UTAM	112
4.6. Reformas, construções e equipamentos de escolas	115
4.6.1. Departamento de administração	115
4.6.2. Carteiras escolares	116
4.6.3. Uma nova concepção de escola – GM3	116
4.7. Em busca da qualidade do ensino público	123
4.8. Assistência ao estudante	127
4.9. Segurança nas escolas: guarda escolar	129
4.10. Hora cívica	132
4.11. Hortas escolares	135
4.12. Caderneta escolar	136
4.13. Educação de jovens e adultos	138
4.14. Valorizando o professor da escola pública	139
4.15. Gestão democrática da escola pública do Amazonas	143
Anexo: decreto 14.473	144
4.16. Educação especial	147
4.17. Ensino profissionalizante: uma questão de qualidade	149
4.18. A ação de SEDUC no interior do estado	151
4.19. Diretrizes para a educação indígena no Estado do Amazonas	161

4.20. Educação em Áreas de Fronteira	166
4.21. Educação ambiental	169
4.22. Conselho de Secretários de Educação da Região Norte – CONSERN	177
CONCLUSÕES	182
– Experiência da administração pública.....	182
– Inimigos da escola pública.....	183
– Epílogo	184
– Pronunciamento do Sr. Governador Gilberto Mestrinho na transmissão de cargo do secretário de educação, cultura desportos do Amazonas em 05/11/92.....	188
– Agradecimentos.....	189
– Centro Educacional Profª Berenice Martins.....	191



APRESENTAÇÃO

Os educadores brasileiros deixamos, freqüentemente, de registrar, em livro, a avaliação de nossas próprias práticas pedagógicas. Somos uma nação que lê pouco. Somos um país que publica, naturalmente, na proporção desta pouca leitura. E isto termina por condicionar ou restringir um avanço em profundidade. Sem uma reflexão analítica e crítica da práxis educacional, não se chega a uma síntese clara das contradições que compõem as mediações históricas possíveis da evolução do processo dialético que é a educação.

O Prof. Orígenes se dispõe, porém, a compartilhar com todos os frutos de sua experiência na Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Estado do Amazonas, através da publicação de uma obra da qual assume a autoria, mas que tem um cunho coletivo, pelo caráter mesmo do trabalho sobre o qual ela se elabora.

Com efeito, o sentido deste livro é o de resgatar a dívida de socialização da avaliação de uma experiência de gestão educacional no setor público.

O Prof. Orígenes assumiu a pasta da educação do Amazonas com um entusiasmo de quem esperava transferir para a administração da rede estadual de ensino a mesma força motriz que se emprega no setor escolar particular. Ele veio com uma proposta, convencido de que nem precisaria convencer. Estava certo de que a miséria educacional era um argumento muito forte para levar a uma ação rigorosa de recuperação da escola pública e da qualidade do ensino que é ministrado ao povo.

Depois de cerca de dois anos de lutas, vale a pena perguntar, como me fazia um ex-secretário de educação: "será que tem jeito para a educação pública, neste país?"

Este livro é uma saga. É a história de uma tentativa, de um esforço, de uma luta. Ele se faz, antes de tudo, como registro. Somos um país onde tudo se desperdiça. Até a história, pela falta de memória. Este povo se condena a um eterno recomeçar, porque não guarda as referências do caminho já percorrido. Talvez nossa característica de população jovem atribua à nossa cultura esta nota de reinvenção, de recriação.

Mas não é apenas como um repositório de experiências vividas que este livro se apresenta. Ele procura ser, para quantos se envolveram nesta luta, o recolhimento dos dados para uma análise e mesmo para uma autocritica. "O que foi que não se fez? Por que não se conseguiu?"

De fato, nós, educadores, somos acusados de não sabermos fazer a administração dos negócios da educação. Já se disse que educação é coisa muito séria para estar em nossas mãos de idealistas, de utópicos puros. Então aqui se oferece a ocasião para pensarmos em que dependeu deste idealismo que a proposta aqui estudada tenha tido que ser interrompida.

O que nos falta, a nós, educadores, para sermos realmente os decisores na gestão educacional? De fato não se pode dizer que são os educadores os responsáveis pelas decisões políticas que se referem à educação. Os interesses dos políticos e dos grupos empresariais preponderaram.

Este é um livro objetivo e sereno, para fazer refletir sobre fatos e sobre dados. Não traz ressentimentos nem mágoas. Não faz qualquer revanche. Ele pretende, somente, não deixar se perder, sem registro e sem análise, uma proposta coerente de política educacional, cultural e desportiva para um estado.

Vicente de Paulo Carvalho Madeira

INTRODUÇÃO

Este livro não é obra acadêmica de um mestre, nem obra técnica de um especialista ou obra científica de um pesquisador. Nada disto corresponderia ao meu modo de ser e de viver. O objetivo e a natureza deste livro é o testemunho de um homem e de um educador que mergulhou até onde pôde no “abismo” das condições históricas da educação do povo do Amazonas.

Em novembro de 1990, recebia o convite do Exmo. Sr. Gilberto Mestrinho, recém-eleito Governador, para ocupar o cargo de titular da pasta de educação, cultura e desportos do Estado do Amazonas.

Mobilizado pelo desejo de servir ao meu Estado, este convite repercutiu em minha consciência de educador como uma convocação, compromissado que me sinto com meus ex-alunos, colegas professores e com a população estudantil pobre de meu Estado. Depois de 37 anos dedicados à educação em minha terra, tanto na escola particular como na pública, a oportunidade de influir na recuperação da política educacional, no resgate da qualidade do ensino da rede escolar estadual e, sobretudo, na valorização do magistério a que sempre pertenci por vocação e por profissão, se apresentou como um triplice desafio e compromisso. Não tenho por que negar que, pessoalmente, senti o orgulho natural de poder acrescentar, na minha trajetória histórica, esta experiência de responsável pela rede estadual de ensino. Finalmente, as novas condições políticas da sociedade brasileira permitiam que eu assumisse esta função. O cargo, porém, não foi para mim a sedução da vaidade do poder, mas uma situação de serviço ao ideal de educar. Ali não estaria um político, com interesses de carreira, para fazer da função um mecanismo eleitoral. Ali não estaria alguém buscando compensação financeira, através de acordos com empresários e empreiteiros. Nem mesmo se tratava do interesse da gratificação a ser incorporada em uma aposentadoria. Minha ambição era a de ser um educador na Secretaria de Educação.

Revesti-me, então, de um entusiasmo de jovem. Isto, por duas razões. De um lado, o educador está sempre perseguindo uma utopia, no sentido filosófico do termo. É disto que vem a inspiração e o impulso de sua ação. De outro, desconhecia, como é comum entre os educadores, a complexidade da gestão e da burocracia educacionais do aparelho estatal. Dediquei-me integralmente à nova missão, dando a ela tudo de mim. Considerado, mesmo pelos críticos, como um empresário bem-sucedido na

área de educação, pensei em oferecer o contributo desta experiência na recuperação da eficiência do ensino público e no resgate da qualidade da educação, na rede estadual.

Confiante na proposta do 3º Governo do Prof. Gilberto Mestrinho, dediquei-me, desde o momento de seu convite para ocupar o posto (novembro de 1990) até o desligamento dele (novembro de 1992), com todo afinho e entusiasmo. A primeira testemunha desta dedicação é o próprio Governador do Estado, conhecedor do espírito público que me tem guiado, sem qualquer interesse particular de auferir proveito financeiro ou político, na condução dos negócios da educação do meu povo do Amazonas. Olhando sob este aspecto, sabe o Sr. Governador que os interesses sacrificados teriam sido, mais exatamente, os meus próprios e não os da Instituição a que servi. Aliás, durante minha administração na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos do Amazonas - SEDUC, fiz questão de comportar-me como um secretário de estado do Governador do Estado, razão por que não há um ato administrativo meu que não tenha recebido de S. Ex^a a participação e a inteira aprovação devidas a quem tem o mandato do povo para o seu governo e administração.

Minha primeira preocupação foi a de realizar um planejamento que assegurasse uma ação coordenada e estrategicamente centrada em prioridades, para evitar a dispersão e a desconcentração de atividades, o que diminui a eficácia da ação governamental em qualquer área. Nisto, estava, também, atento ao meu próprio tipo psicológico, de homem ativo e pragmático, tendente a envolver-se na ação direta e imediata. Efetivamente, a premência de tantas urgências reais, de um lado, e as pressões das mais variadas espécies, de outro, dificultam uma atuação político-administrativa centrada em objetivos racionalmente definidos e orientada por prioridades. Ainda nem estava empossado quando, autorizado pelo Governador, comecei um trabalho de planificação que baseou-se em estudos do Instituto de Educação Rural do Amazonas - IERAM, tendo à frente de sua competente equipe a Prof^a Francisca Matos, contando com consultoria e assessoramento de especialistas convidados, entre eles os Profs. Vicente Madeira, recém-chegado de um pós-doutorado, como pesquisador visitante do Instituto Internacional de Planejamento da Educação da Unesco, em Paris, e José Augusto Peres, Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Salamanca, Espanha.

Assim, surgiram o Plano Estadual de Educação, o Plano Estadual de Cultura e o Plano Estadual de Educação Física e Desportos. Dos planos aprovados para os 4 anos do Governador Gilberto Mestrinho foi realizado tudo o que foi previsto para os 2 primeiros anos. Para a segunda metade da gestão do Governo estava prevista a execução de outros projetos constantes no Plano Geral, tais como a reestruturação do Instituto de Educação do Amazonas - IEA, com ginásio coberto, a instalação do Centro de Idiomas, a reestruturação e ampliação do Colégio Estadual D. Pedro II, a ser equipado com amplo auditório e ginásio coberto para 7.000 alunos, a criação de um Centro de Formação Superior para Professores, parte integrante da futura Universidade Estadual do Amazonas, assim como a promoção do 1º Congresso Amazonense de Educação, Cultura e Desportos. Contava-se, também, que na segunda parte do

período de 4 anos se pudesse dar maior atenção a órgãos vinculados a esta Secretaria, como o Instituto de Tecnologia da Amazônia - UTAM e a Televisão Educativa - TVE.

Este livro pretende ser o registro resumido das ações desenvolvidas durante o tempo passado na Seduc. Seu objeto são reflexões e análises desta experiência de planejamento e gestão de um sistema educacional, para a comunicação e participação da síntese e da crítica desta vivência aos amigos, aos colegas da comunidade nacional de educadores e, sobretudo, aos meus colaboradores que acreditaram nesta proposta.

Com efeito, tenho um compromisso que transcende os limites do Estado. Quando da minha posse, a Deputada Federal Sandra Cavalcanti dizia, em seu discurso, que ao fim do quadriênio previsto gostaria de estar de novo conosco para constatar os efeitos do programa educacional, cultural e desportivo proposto. Por uma questão de relação profissional, como educador, como membro de tantos grupos e associações nacionais que demonstraram sua confiança e sua expectativa em relação ao meu trabalho, sinto-me no dever de comunicar o que realizamos na administração do sistema educacional do Amazonas. Penso especialmente na Associação Nacional de Profissionais da Educação - ANPAE - da qual fui vice-presidente durante vários anos. De modo especial, devo mencionar meus companheiros secretários de educação dos outros estados, com quem convivi no nosso Conselho Nacional (CONSED) e, particularmente, os colegas da Região Norte, que trabalharam na articulação e coordenação do trabalho das Secretarias em nossos Estados, criando um fórum regional, de que me foi dada a liderança; nos meus colegas diretores de escolas, nos meus ex-alunos dos colégios Aparecida, D. Bosco, Pedro II, Senador Lopes Gonçalves, Benjamin Constant, IEA e CIEC, das Escolas de Enfermagem e de Serviço Social e da Faculdade de Educação da UA.

Não posso deixar de sentir a alegria da certeza do dever cumprido como educador e como cidadão, procurando sempre responder com lealdade à confiança do Governador do Estado, à expectativa da sociedade amazonense e à dedicação e ao trabalho de todos que compunham a Seduc.

Tenho, até mesmo, a pretensão de ter deixado marcas na minha administração: honestidade, austeridade, preocupação pedagógica e a disponibilidade para o serviço. Seja-me permitido lembrar aqui aquelas atividades em que mais nos empenhamos. E aqui se impõe o emprego do verbo no plural para salientar o mérito da equipe responsável nesta administração.

Do ponto de vista administrativo, tivemos que assegurar um novo padrão nas relações comerciais da Seduc. Contamos com o apoio fiel e competente do Departamento de Administração, na pessoa do Dr. Carlos Alberto Gióia Júnior, bem como do Departamento de Finanças (o saudoso Coronel Aloísio Guimarães Ferreira). A construção e a reforma dos prédios escolares foram administradas com rigor e austeridade para evitar privilégios. Isto permitiu que se aumentasse a capacidade de atendimento da rede escolar a um custo menor e que a merenda escolar atendesse a uma população maior com gêneros de melhor qualidade. O desgaste pessoal a que nos submetemos foi largamente compensado pelo benefício que trouxe para a educa-



AVISO

**DEVIDO AO TAMANHO ORIGINAL DO DOCUMENTO.
NÃO FOI POSSÍVEL DISPONIBILIZAR O SEU CONTEÚDO
NA ÍNTEGRA. PARA TER ACESSO AO ARQUIVO DIGITAL
COMPLETO, POR FAVOR, ENTRAR EM CONTATO COM A
GERÊNCIA DE ACERVOS DIGITAIS NO
CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA.**

FONE: (92) 2125-5330

FAX: (92) 2125-5301

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

**Secretaria de
Estado de Cultura**



**CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA**